

**REFORMAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS FRENTE ÀS TEORIAS DE CURRÍCULO: DOIS CONCEITOS, UM INTERESSE**

CONTEMPORARY EDUCATIONAL REFORMS FACING CURRICULUM THEORIES: TWO CONCEPTS AND A SINGLE INTEREST

LAS REFORMAS EDUCATIVAS CONTEMPORÂNEAS FRENTE A LAS TEORIAS CURRICULARES: DOS CONCEPTOS, UM INTERÉS

Joice Pereira Soares<sup>1</sup> 0009-0007-2523-5286

Letícia Ramalho Brittes<sup>2</sup> 0000-0002-0279-2713

Laila Azize Souto Ahmad<sup>3</sup> 0000-0001-9109-453X

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Jaguari, Rio Grande do Sul, Brasil; [joyce.2022100060@aluno.iffar.edu.br](mailto:joyce.2022100060@aluno.iffar.edu.br)

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Jaguari, Rio Grande do Sul, Brasil; [leticia.brittes@iffarroupilha.edu.br](mailto:leticia.brittes@iffarroupilha.edu.br)

<sup>3</sup> Instituição – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Jaguari, Rio Grande do Sul, Brasil; [laila.souto@iffarroupilha.edu.br](mailto:laila.souto@iffarroupilha.edu.br)

**RESUMO:**

O presente artigo está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Educacional, currículo e políticas públicas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha (RS). Ao assumir-se a centralidade na análise das reformas educacionais no conturbado contexto político atual do Brasil, objetiva-se discutir como os textos legais vêm sendo apresentados à sociedade brasileira. Nessa esteira de novos embasamentos legais para o trabalho do professor e da escola, destaca-se a Reforma do Novo Ensino Médio (NEM) e a implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Mediante a compreensão de que o conteúdo desses documentos vai de encontro aos anseios da classe trabalhadora – que é a classe na qual se encontra a maioria da população brasileira –, este artigo se propõe a compreender as intencionalidades reais por trás dessas normativas e suas condições de produção. A metodologia escolhida, para melhor atingir os objetivos do trabalho, foi a análise de discurso da escola francesa. Realizou-se, também, uma breve análise sobre as teorias curriculares que ajudaram a justificar as principais considerações às quais chegou-se nesta pesquisa: a de que as novas legislações trazem a manutenção da hegemonia por meio da perpetuação dos currículos tradicionais.

**Palavras-chave:** reformas educacionais; manipulação discursiva; neoliberalismo; teorias de currículo.

**ABSTRACT:**

This article is affiliated with the Study and Research Group on Educational Management, Curriculum and Educational Policies - GECPOL at the Federal Institute Farroupilha - IFFAR/RS. It is focused in analyzing educational reforms within the current tumultuous political landscape of Brazil. With this context in mind, the objective is to discuss how legal texts have been presented to Brazilian society. Within the realm of new legal frameworks for teachers' and schools' work, we underscore the High School Reform and the implementation of a new National Common Curricular Base. The aim is to analyze how such documents are

assembled and presented to society, texts that often meet the desires of the working class, which is a class in which the majority of the Brazilian population is found. This his article seeks to comprehend the genuine intentions behind legal texts and their production conditions, the chosen methodology, to best achieve the study's objectives, is the Discourse Analysis rooted in the French School. Furthermore, a brief analysis of curriculum theories that aided in justifying the principal conclusions is also conducted, demonstrating that the new legislations perpetuate the dominance by upholding traditional curriculum.

**Keywords:** educational reforms; discursive manipulation; neoliberalism; curriculum theories.

### **RESUMEN:**

Este artículo está vinculado al Grupo de Estudios e Investigaciones en Currículo, Gestión Democrática y Políticas Educativas – GECPOL del Instituto Federal Farroupilha – IFFAR/RS. Tiene su centralidad en el análisis de las reformas educativas en el actual contexto político convulso en Brasil, por lo tanto, el objetivo es discutir cómo los textos legales han sido presentados a la sociedad brasileña. En esta estela de nuevos fundamentos legales para el trabajo del docente y la escuela, destacamos la Reforma de la Educación Secundaria y la implementación de una nueva Base Curricular Común Nacional. El objetivo es analizar cómo se elaboran y presentan a la sociedad estos documentos, textos que muchas veces no corresponden a los deseos de la clase trabajadora, que es la clase en la que se encuentra la mayoría de la población brasileña. Este artículo se propone a comprender las verdaderas intenciones detrás de los textos jurídicos y sus condiciones de producción, la metodología elegida, para lograr mejor los objetivos del trabajo, fue el análisis del discurso de la escuela francesa, las teorías curriculares que ayudaron a justificar las principales consideraciones a las que llegamos. que las nuevas legislaciones propician el mantenimiento de la hegemonía mediante la perpetuación de los currículos tradicionales.

**Palabras clave:** reformas educativas; manipulación discursiva; neoliberalismo; teorías curriculares.

## **Introdução**

“Nunca seremos felizes, nunca” (Galeano, 2010, p. 234).

Em “As Veias Abertas da América Latina”, Eduardo Galeano nos mostra que, para que existam vencedores no mundo, é necessário que haja perdedores. Nesse sentido, a América Latina foi, desde a chegada dos europeus, um lugar destinado a garantir a vitória, primeiro da Europa, depois dos Estados Unidos da América (EUA). Fomos marcados para a derrota desde aquele momento.

A colonização era primitiva; um roubo simples de riquezas. Posteriormente, a exploração da mão-de-obra, do solo e das precárias leis fiscais, trabalhistas e ambientais também se mostraram bastante efetivas para garantir o acúmulo de riqueza dos já poderosos. Com o passar dos anos, enquanto as civilizações iam avançando, a mão invisível e insensível do mercado também precisara se reestruturar. Decorre disso a emergência de novas estratégias de controle das massas exploradas. Não é à toa que instituições bancárias e mercantis costumam

estar diretamente envolvidas nas políticas educacionais dos países subdesenvolvidos<sup>1</sup>. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial são exemplos de organizações internacionais com especial interesse na educação dos países subdesenvolvidos. No Brasil, o cenário não é diferente, pois contamos com o interesse de empresas e bancos brasileiros na nossa educação – Itaú Social e Fundação Lemann, por exemplo.

No meio de tantos interesses, encontra-se o trabalho do professor, cada dia mais cobrado, subvalorizado e, ainda assim, preocupado com seus alunos. Entender como funcionam as políticas educacionais, as ideologias trazidas nos diferentes discursos e textos que servem de base para nosso trabalho, bem como as manipulações desses discursos, é de extrema importância para tentarmos auxiliar nossos estudantes a alcançar uma educação emancipadora. Assim, quem sabe um dia poderemos ser felizes como continente, como nação, como cidadãos.

Para atingir esse objetivo, apresentamos neste artigo uma pesquisa bibliográfica de abordagem metodológica qualitativa. Para isso, embasamo-nos no materialismo histórico-dialético, definido por Triviños (2008) como:

O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. Marx e Engels colocaram pela primeira vez, em sua obra *A ideologia alemã* (1845-46), as bases do materialismo histórico. Nela criticam os jovens hegelianos e Feuerbach que acham ainda que a história era resultado das ideologias e da presença dos "heróis", ao invés de buscar nas formações sócio-econômicas e nas relações de produção os fundamentos verdadeiros das sociedades. O materialismo histórico ressalta a força das ideias capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou. Por isso, destaca a ação dos partidos políticos, dos agrupamentos humanos etc., cuja ação pode produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais (Triviños, 2008, p. 51-52).

No presente artigo, analisamos as condições de produção de políticas públicas que acabam favorecendo a manutenção do estado hegemônico<sup>2</sup> no decorrer dos contextos políticos e sociais na nossa sociedade. Por isso, o enfoque metodológico adotado foi a Análise de Discurso da Escola Francesa, tal como difundida por Michel Pêcheux e pela linguista brasileira Eni Puccinelli Orlandi. Orlandi (2005) considera que todo o discurso traz consigo um caráter

---

<sup>1</sup> Não chamaremos do nome da moda “em desenvolvimento”, pois sabemos que seria utópico. Os poderosos nunca permitiriam que esse processo o qual a expressão faz referência se concretizasse, como bem profetizara Simón Lopes Bolívar (Galeano, 2010).

<sup>2</sup> Hegemonia foi usada na acepção desenvolvida por Gramsci na qual o autor explica os mecanismos que permitem o processo de dominação e a busca por legitimação das classes dominantes sobre as classes subordinadas nas sociedades capitalistas.

ideológico que é anterior ao próprio discurso e que vai além do que está escrito buscando seus significados na história. Diz o seguinte:

Michel Pêcheux [...] é o fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso que teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem. Concebe o discurso como um lugar particular em que essa relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação. Estabelece como central a relação entre simbólico e político (Orlandi, 2005, p. 10).

A análise dos discursos posteriormente apresentados – seja na forma de textos legais, seja na de publicidades que visam vender a ideia de que as políticas reformistas são benéficas para a população – ajuda-nos a entender como um governo que assumiu o poder depois de um controverso processo de *impeachment* conseguiu impor, de maneira muito célere, mudanças tão significativas na Educação Básica do país. Dizemos isso porque a consolidação do processo de *impeachment* ocorreu em 31 de agosto de 2016 e a apresentação da Medida Provisória que impôs a Reforma do Novo Ensino Médio data de 22 de setembro do mesmo ano, sendo sancionada em 16 de fevereiro de 2017.

O artigo está dividido em cinco seções. A primeira mostra uma análise das distorções semânticas que auxiliam na manutenção da hegemonia do poder. A segunda apresenta debates sobre as intencionalidades que permeiam movimentos e entidades que se empenharam na aprovação da nova BNCC. A terceira investiga o contexto que permitiu as mudanças nos documentos orientadores da educação. A quarta evidencia discussões sobre como o neoliberalismo cria mecanismos de controle do trabalho docente. A quinta e última traz reflexões sobre as teorias de currículo.

### **A crise discursiva**

Embora o título deste artigo não apresente o “nome” do interesse aos quais servem os conceitos que serão trabalhados, não será feito nenhum grande mistério sobre ele; não surgirá um “deus-ex-machina”<sup>3</sup> para resolver os problemas que esse interesse traz para a sociedade. Convivemos com os interesses do capital sendo priorizados desde que as comunidades “evoluíram” e, infelizmente, a sociedade não conseguiu amenizar as mazelas que esse sistema

---

<sup>3</sup> Deus ex-machina pode ser definido como “Procedimento que se origina no teatro grego da Antiguidade clássica, cuja tradução literal significa ‘deus que desce numa máquina’. Trata-se do surgimento de uma personagem inesperada que ao solucionar uma situação intrincada”. Disponível em: <https://www.ia.unesp.br/#!/teatro-sem-cortinas/pratas-da-casa/glossario-teatral/d--e---f/deus-ex-machina/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

traz para a população. Ao contrário, a exploração da classe trabalhadora segue cada vez mais feroz, com novas táticas de normalização dos absurdos que são impostos aos trabalhadores modernos.

A noção de “Confluência Perversa” foi cunhada por Evelina Dagnino antes dos anos 2000, a qual se refere a uma crise discursiva em que a linguagem das pautas da esquerda passou por um processo de generalização e descontextualização que acabou produzindo um esvaziamento de significados. O conceito de “Participação Popular”, por exemplo, serviu de base para o surgimento de diversos “Conselhos” nos quais os grupos sociais dividem a opinião em um debate mediado pelo Estado.

A linguagem utilizada pelos grupos sociais para se comunicar e articular suas demandas vem sendo desconstruída e desvirtuada ao longo do tempo. Isso acaba criando espaço para uma manipulação das pautas e uma perda de sentidos atribuídos aos conceitos utilizados pelos movimentos sociais originalmente. Esse esvaziamento semântico traz consigo um empobrecimento na própria luta das minorias. Dagnino (2004) explicita a crescente aproximação quanto ao entendimento sobre a participação ativa da sociedade civil com as ONGs, o que ele chama de “onguização”:

O resultado tem sido uma crescente identificação entre “sociedade civil” e ONGs, onde o significado da expressão “sociedade civil” se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de “terceiro setor”. Reforçada pelo que tem sido chamado de “onguização” dos movimentos sociais [...] essa tendência é mundial. Mas seria necessário aprofundar os significados locais específicos desse deslocamento, bem como apontar a heterogeneidade constitutiva do campo das ONGs [...] que tendemos a ignorar (Dagnino, 2004, p. 149).

A autora traz importantes reflexões sobre o papel das ONGs nos debates com o Estado, com diferentes esferas do poder público (união, estados e municípios). Delegar a voz da sociedade às ONGs favorece a “escolha” dessas organizações, as quais podem até ser não governamentais, mas que frequentemente apresentam um viés ideológico que agrada aos governantes daquele momento.

As relações entre Estado e ONGs parecem constituir um campo exemplar da confluência perversa que mencionamos antes. Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores “confiáveis” entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil, elas são frequentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil (Dagnino, 2004, p. 149).

Assim sendo, entende-se que o debate acaba não abrindo espaço para o contraditório e

os interesses de quem está no poder naquele momento apresentam maiores chances de serem satisfeitos – mesmo que não representem, necessariamente, anseios da população em geral. Na próxima seção, analisaremos o Movimento Pela Base (MPB) que representa uma forte influência nas políticas educacionais atuais e que, não por coincidência, é financiada pelo empresariado brasileiro.

### **O movimento pela BNCC e a reforma do Ensino Médio: o empresariado organizado pelo bem comum (comum a quem?)**

A aprovação da BNCC de 2018 parece ser um exemplo importante do ativismo de fundações não governamentais muito atuantes na política nacional. Um exemplo disso é a forte influência do MPB, o qual é formado por figuras reconhecidas do empresariado brasileiro. É importante refletir sobre os interesses que possam estar por trás dos esforços dos donos dos meios de produção do capital na formação dos jovens, embora esse grupo afirme em seu site que busquem a redução das desigualdades e maior eficiência, como se vê a seguir:

A Base Nacional Comum Curricular define os conhecimentos e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros têm o direito de aprender, ano a ano, durante sua trajetória na Educação Básica. Adotar uma base curricular comum é fundamental para reduzir as desigualdades educacionais de uma nação. Ao definir o que é essencial ao ensino de todos os alunos em cada uma das etapas da vida escolar, as expectativas de aprendizado e critérios de qualidade ganham transparência e podem ser aplicadas e cobradas com maior eficiência<sup>4</sup>.

Diante disso, não causa surpresa o fato de o MPB não ter se oposto à Reforma do Novo Ensino Médio. Confrontando essa justificativa trazida pelo grupo e lembrando que, nas propostas iniciais de Reforma do Novo Ensino, havia a retirada de saberes como Filosofia e Sociologia, muitos questionamentos vêm à mente: o que é essa suposta *qualidade* defendida pelo movimento? O que ele entende por *essencial*? Essencial *para quem*? Qual a finalidade de *educação* que buscam? *A quem* serviria essa base comum que deslegitima saberes originalmente comprometidos com a criticidade? *Por que* reduzem a carga horária dessas disciplinas?

As perguntas recém postas podem ser consideradas retóricas, já que o discurso de formação para uma pretensa produtividade – e não a criticidade – é abertamente defendido, haja vista que a educação brasileira, ao encontro do que preconiza a OCDE, deve estar consoante a esse conceito de produtividade. Isso pode ser confirmado na entrevista da pesquisadora Cláudia Piccinini na reportagem “A quem interessa a BNCC?”, trazida pela Fiocruz e disposta a seguir:

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://movimentopelabase.org>. Acesso em: 10 mar. 2025.

O que a gente tem de concreto é o conceito de qualidade preconizado pelos documentos da OCDE, do Banco Mundial, e também em documentos do empresariado brasileiro, como a Confederação Nacional da Indústria, que defendem que a qualidade na educação está diretamente ligada ao aumento na produtividade no trabalho como forma de ampliar a competitividade na indústria, nos serviços.<sup>5</sup>

Na sequência, pode ser visualizada a compreensão que o MPB apresenta em seu site acerca do NEM no período recente (junho de 2023), uma vez que a implementação da Reforma foi suspensa para maiores discussões durante o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva neste mesmo ano.

Nós do Movimento pela Base, enquanto organização comprometida com os direitos de aprendizagem de crianças e jovens, e que acredita no potencial do Novo Ensino Médio para melhorar a qualidade da educação, queremos contribuir para o debate. Entendemos que há uma grande lacuna entre a proposta do Novo Ensino Médio e a forma como ela vem sendo implementada na prática – e os ajustes a serem feitos devem considerar este hiato. Ainda assim, para nós, embora a nova estrutura imponha vários desafios para ser colocada em prática, o modelo proposto aponta na direção certa para garantir aos jovens uma educação mais significativa, interessante e que oferece mais protagonismo e oportunidades para o futuro (Movimento Pela Base, 2023).

Este fragmento é iniciado pela autoapresentação do grupo, o qual explica sua atuação e posiciona-se como uma organização altruísta, uma vez que se identifica como um movimento que busca contribuir para a melhoria da qualidade da educação. Apesar da aproximação discursiva do MPB como uma entidade atuante pelo bem comum, observa-se que a defesa da preparação de trabalhadores mais produtivos não é citada. Ao invés disso, o texto traz apenas preocupações com qualidade de ensino – embora não esclareça o que seria a qualidade.

Na sequência deste mesmo texto, o MPB defende que o problema com o NEM está apenas na forma de implementação, porém, não na sua estrutura. Ademais, há um discurso sobre o protagonismo dos jovens elencado pelo MPB para a Reforma, o qual replica as publicidades apresentadas pelo MEC na época da tramitação da lei. O grupo sustenta que a oferta de conhecimentos deve estar diretamente atrelada aos interesses pessoais e profissionais dos alunos. Dessa maneira, engendra-se uma formação voltada para o mercado de trabalho, ou seja, o jovem vai escolher os conhecimentos a que terá acesso de acordo com o trabalho que vai desempenhar no futuro. Apesar da narrativa progressista e envolta em positivities, cabe refletir que esse suposto “conhecimento útil” é altamente relevante para o modelo econômico

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc>. Acesso em: 13 jul. 2023.

capitalista. Portanto, distancia-se de uma concepção crítica e consciente da sociedade, pois visa primeiramente a constituição de operários eficientes.

Quanto aos itinerários formativos, o material do MPB apresenta uma argumentação bastante inquietante:

Se você já passou pelo Ensino Médio, deve ter se perguntado muitas vezes: para que eu estou aprendendo isso? Se você, por exemplo, queria seguir na área de Humanas, será que precisava ter se aprofundado em funções de terceiro grau da Matemática ou nas reações orgânicas da Química? Será que não faria mais sentido se dedicar à História, Geografia, Sociologia ou outras matérias da área que já contribuíssem para a sua formação? (Movimento Pela Base, 2023).

Nota-se um apelo diferente no manifesto em defesa do NEM apresentado pelo MPB. Inicialmente, percebe-se que o trecho é iniciado dirigindo-se ao leitor – uma estratégia dialógica que visa a aproximação com os interlocutores. Nesse fragmento, o grupo se dirige à sociedade em tom de igualdade, buscando sensibilizar os leitores por intermédio de uma “lógica” que se apresenta como “inegável”.

Apesar dessas investidas do capital, as mobilizações em prol do bem-estar social resistiam. Em 2023, o Partido dos Trabalhadores (PT) voltou a liderar o poder executivo nacional e, com isso, estabeleceu-se um terreno fértil para a articulação e atuação mais intensa dos movimentos sociais. Dentre eles, destaca-se o “Revoga Novo Ensino Médio”, composto por grupos como a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). O coletivo foi o responsável pela organização do Dia de Luta pela Revogação, ocorrido em 15 de março de 2023. Segundo a UBES, pelo menos 150 mil estudantes foram às ruas pedir a revogação da lei neste dia<sup>6</sup>.

A força das organizações que lutam pela revogação do NEM ficou ainda mais evidente após uma vitória significativa: a interrupção da implementação da Reforma. Enquanto isso, organizações como o MPB mantêm a defesa de seus interesses e o fazem, pelo menos no nível discursivo, mediante apelos pessoais. No trecho recém citado, vemos a clara estratégia argumentativa que recorre a um “senso comum”; no entanto, os interesses de manutenção da hegemonia não estão claros e partem para uma lógica rasa. Por outro lado, não temos dúvida quanto aos resultados esperados: se tivermos em mente que o MPB é financiado pelo empresariado brasileiro, torna-se evidente que a busca desse grupo está na defesa do *status quo*.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/estudantes-vao-as-ruas-e-expressionam-mec-pela-revogacao-do-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

Gandin e Lima (2016), ao analisarem as políticas educacionais a partir das perspectivas de Michael Apple, apontam para alianças feitas pelos grupos hegemônicos com outros grupos:

Apple [...] aponta que é necessário um árduo e constante trabalho por parte desses grupos para que as alianças se mantenham. Tais alianças estão sob a liderança dos grupos mais poderosos, que produzem consenso sobre pontos comuns entre seus divergentes interesses, tornando tais pontos o modo natural de pensar e fazer todas as coisas. A partir do conceito de alianças hegemônicas, faz-se ainda mais complexa a análise de hegemonia e contra-hegemonia. É importante destacar que grupos dominados também podem fazer parte das alianças hegemônicas quando veem alguns de seus objetivos contemplados por tal aliança. Isso ratifica a importância de usar outras categorias que não apenas classe, pois, muitas vezes, os grupos que compõem tais alianças não são ligados ao que se pode chamar de classe dominante, mas relacionam-se com essas alianças em função de questões como raça e gênero, por exemplo (Gandin; Lima, 2016).

Dentre as potentes reflexões de Apple (2015), encontra-se a noção de neoconservadorismo na educação, um viés ideológico que tem influenciado muito as políticas educacionais brasileiras. Nesse aspecto, surgem algumas das alianças sobre as quais o trecho acima se refere e que acabam fortalecendo a manutenção hegemônica.

Um ponto que é importante problematizar sobre o NEM é o fato de delegar ao adolescente, que chega por volta dos 15 anos a essa etapa escolar, a escolha dos conhecimentos necessários para sua formação. A imaturidade, comum nessa etapa da vida, pode representar um risco muito grande, pois o jovem pode não ter desenvolvido a necessária sensatez para uma escolha tão significativa. Outro ponto importante a ser considerado sobre a BNCC é a definição generalizada sobre o que é essencial no ensino do país, uma vez que a escolha das habilidades que compõem essa diretriz é uma decisão que nos parece arbitrária. Ao que tudo indica, trata-se da escolha de certos conhecimentos em detrimento de outro – tudo socialmente definido, como veremos mais adiante.

Entendemos que o risco de formar uma população com conhecimentos limitados não vai acarretar apenas em prejuízos pessoais. Toda a sociedade perde quando a educação é limitada e não fomenta o pensamento crítico – ao menos toda a camada social que não vive da exploração da mão-de-obra alheia. Para nós é evidente que, por mais que não declarem isso abertamente, os grupos empresariais que tanto têm investido na moldagem da educação brasileira buscam atingir seus próprios objetivos, como afirma Gonçalves (2017):

A influência do modo de produção nas políticas sociais e educacionais não é algo novo. O capitalismo, a cada crise, procura se reinventar para garantir sua manutenção e para isso são implementadas reformas em diferentes esferas da sociedade. Na atual conjuntura política, vivemos sob a lógica neoliberal, na qual os serviços públicos e as políticas sociais tornam-se oportunidades de negócio. Assim, a lógica do mercado se

insere no campo da educação para que possa funcionar à sua semelhança. E a partir desses interesses se operacionaliza a Reforma do Ensino Médio (Gonçalves, 2017, p. 140).

Diante disso, pode-se inferir que a adoção do NEM e da BNCC pôs em evidência o fato de que os empresários estão defendendo seus lucros nos anos futuros. Com uma influência tão forte do empresariado, os currículos tendem a seguir no modelo tradicional, isto é, cada vez mais próximos do contexto que Apple (2015, p. 606) denomina de “cultura da auditoria”. Nessa conjuntura, a escola é responsabilizada pelo fracasso de seus estudantes, o qual é mensurado por meio do score em avaliações externas de larga escala, reconhecidamente avessos à diversidade cultural que nosso vasto país apresenta. Ao pensarmos nesses índices, também é importante refletirmos que a escolha dos saberes que constam na BNCC perpassa as habilidades presentes nas avaliações em larga escala; ao mesmo tempo, nas avaliações em larga escala, encontram-se os saberes presentes na BNCC.

Esse ciclo, que parece bastante fechado, traz uma sensação de impotência; entretanto, acompanhamos os dizeres de Silva (2011) quando defendemos que qualquer um desses pontos é historicamente constituído. Nessa ótica, afastamo-nos da noção de um currículo “desde sempre lá”, sempre pronto, só à espera de ser descoberto. Pelo contrário, argumentamos que os currículos são produtos da ação humana; portanto, sujeito a influências diversas. Para entendermos como reformas tão profundas foram feitas e aprovadas de maneira tão célere, é importante refletirmos sobre o contexto político no qual tais diretrizes foram aprovadas, movimento apresentado na seção seguinte.

### **Desdobramentos políticos nas políticas reformistas e a ideologia neoliberal**

Analisando o cenário político brasileiro, após a retomada da democracia, percebemos a celeridade e a eficiência com que o deslocamento linguístico recém citado passa a ser feito. Dagnino (2004) também nos traz o exemplo do conceito de *cidadania*, tão caro à sociedade brasileira, que ajudou na construção da Constituição de 1988. Contudo, a autora pontua que a ideologia neoliberal conseguiu reduzir seu significado muito rapidamente, esvaziando o sentido de maneira devastadora.

Infelizmente, o capitalismo costuma ter essa eficiência, uma vez que domina os meios de comunicação em massa, motivo pelo qual a disseminação da ideologia neoliberal é facilitada. No decorrer do mesmo texto, Dagnino (2004) nos lembra do surgimento do programa Comunidade Solidária do governo de FHC (Fernando Henrique Cardoso). Chefiado por sua

esposa, a socióloga Ruth Cardoso, a iniciativa “terceirizava” os projetos sociais, transferindo a responsabilidade social, que todo governo deveria ter, para uma ação de “benevolência” dos detentores do capital. Além disso, é notável que esses detentores sempre cultivaram um gosto pela “solidariedade”, principalmente quando ela é noticiada. Caridade no lugar da justiça social. Enquanto distribuem esmolas, sobram mais recursos da máquina pública para servi-los.

Nas eleições de 2003, ascendeu ao poder o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representante do PT. Trata-se do primeiro mandatário eleito, após a redemocratização, que se identificava com a esquerda, cuja trajetória política surgira da luta sindical. Lula criou e transformou em política pública o maior programa de redistribuição de renda já feito no Brasil: o Bolsa Família. O representante do PT teve 2 mandatos na presidência e, na sequência, o mesmo partido conseguiu eleger a presidente Dilma Rousseff por outras 2 vezes; entretanto, Rousseff acabou sendo retirada do poder por meio de um golpe midiático-jurídico-parlamentar.

Ramos e Frigotto (2017) afirmam que a batalha por manter a hegemonia do capital justifica a necessidade de retomada do poder pelo bloco que se opunha ao PT. Como não conseguiram pelo voto popular, apesar do intenso esforço de deteriorar a imagem do partido, o bloco opositor resolveu, então, partir para um golpe:

Com efeito, mesmo sendo governos de conciliação, as políticas sociais e, em particular, a recomposição e aumento do salário mínimo ao longo de mais de uma década nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, avançaram além do suportável para uma classe dominante de DNA escravista e colonizador e, num momento de crise mundial profunda do sistema capital, já que não conseguiram assumir o poder pelo voto popular, o tomaram por meio de um Golpe de Estado. O componente externo que compõe a motivação do golpe situa-se na ruptura relativa da dependência do império Norte Americano mediante a política de unidade da América Latina e pela ativa participação do Brasil na criação do grupo de países, BRICS. (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que firmaram um acordo de cooperação política e econômica (Ramos; Frigotto, 2017, p. 35).

Durante os 14 anos dos governos do PT, muitas conquistas foram possíveis, como o próprio Bolsa Família, além da Farmácia Popular, Minha Casa Minha Vida, a política de aumento real de salário-mínimo, a expansão da educação universitária e o advento dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Foram conquistas muito importantes, embora se possa criticar que as políticas sociais foram mais voltadas à amenização das diferenças sociais do que na sua superação em suas raízes. O mercado, por exemplo, não foi prejudicado; não houve uma política de taxação de lucros e dividendos, nem das grandes fortunas, ou seja, os ricos não tiveram perdas nesse período.

Embora a classe mais abastada do país não tenha tido perdas nos governos do PT, a

ideologia neoliberal não estava satisfeita e promoveu o golpe, retirando a presidente Dilma do poder, mesmo sem ter cometido crime de responsabilidade. Como nos mostram Ramos e Frigotto, (2017, p. 35):

Com efeito, mesmo sendo governos de conciliação, as políticas sociais e, em particular, a recomposição e aumento do salário-mínimo ao longo de mais de uma década nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, avançaram além do suportável para uma classe dominante de DNA escravista e colonizador e, num momento de crise mundial profunda do sistema capital, já que não conseguiram assumir o poder pelo voto popular, o tomaram por meio de um Golpe de Estado. O componente externo que compõe a motivação do golpe situa-se na ruptura relativa da dependência do império Norte Americano mediante a política de unidade da América Latina e pela ativa participação do Brasil na criação do grupo de países, BRICS. (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que firmaram um acordo de cooperação política e econômica (Ramos; Frigotto, 2017, p. 35).

Depois, percebendo que Lula voltaria a ganhar a eleição de 2018, prenderam-no de maneira arbitrária para que ficasse impossibilitado de concorrer à presidência, já que liderava as pesquisas de intenção de votos para o pleito daquele ano. Carvalho e Fonseca (2019) analisam a violência cometida contra Lula com a prática de *lawfare* por parte do sistema judiciário e também do jornalismo, concluindo que:

A prisão e impedimento da candidatura de Lula à presidência contribuiu decisivamente para a eleição de Jair Bolsonaro, político explicitamente associado a atitudes autoritárias e de desrespeito à diversidade humana, na contramão dos pensamentos de Hannah Arendt e de Achille Mbembe sobre a política como possibilidade da não violência, a despeito de todos os desafios (Carvalho; Fonseca, 2019, p. 110).

Assim sendo, ao analisarmos esses caminhos percorridos para a retirada de governo de um partido mais voltado à esquerda no Brasil, é possível perceber o afã com que os “poderosos” desejavam retomar o monopólio do controle no Brasil.

O processo de *impeachment* ocorreu em 2016. Ainda naquele ano, o sucessor de Dilma Rousseff, Michel Temer, que sempre fora defensor da ideologia neoliberal, passou a apresentar medidas que serviriam a essa ideologia. A PEC 241, do Teto de Gastos, é um excelente exemplo disso, colocando limite aos gastos em saúde, educação e segurança, por exemplo, prejudicando sobremaneira a população mais pobre, uma vez que é essa que depende dos serviços públicos para ter um mínimo de acesso a esses itens. Amaral (2017) traz importantes reflexões sobre as reformas apresentadas no pós-golpe:

Com o impeachment de Dilma Rousseff, assumiu a Presidência da República o grupo que dirigiu

o país no período do governo FHC, e uma de suas primeiras medidas foi retornar à implementação, com intensidade, das reformas preconizadas pelo Consenso de Washington. Recomeçaram as privatizações, a abertura do mercado às empresas estrangeiras, as reformas da previdência e trabalhista etc. É emblemática nessa nova fase a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição de número 241 na Câmara dos Deputados e 55 no Senado Federal, que se tornou a EC 95, de 15 de dezembro de 2016. Essa mudança constitucional instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) no país e que prevalecerá, inicialmente, por 20 anos, portanto, até 2036, que congelará as despesas primárias e liberará os pagamentos relativos ao mercado financeiro. Estarão, portanto, limitadas as possibilidades da implementação de novas políticas públicas que objetivem diminuir a enorme desigualdade brasileira (Amaral, 2017, p. 3).

Entretanto, enquanto a sociedade estava assistindo aos debates sobre a aprovação dessa PEC que atingiria diretamente a classe trabalhadora e toda a população em condição de vulnerabilidade social, a mídia brasileira – que apoiou o golpe, afinal serve ao mesmo capital – debatia muito sobre a responsabilidade fiscal e a necessidade de conter os gastos públicos. O povo viu o fim do aumento real do salário-mínimo virar lei, sem a devida revolta, envolvido em um enredo que misturava termos de mercado, corrupção e responsabilidade de maneira muito bem articulada. As pautas de luta da classe trabalhadora por dignidade foram esvaziadas e os direitos básicos da população foram colocados como “gastos públicos” que deveriam ser contidos.

A população foi ensinada a temer o nervosismo do mercado, embora a maioria da população nem entenda o que significa essa expressão, mas que é usada de maneira muito consciente pelos defensores da ideologia neoliberal. Sobre isso, Dagnino (2004, p. 156) comenta o seguinte: “Num contexto no qual o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania.”. Sendo assim, o mercado passa a ser encarado como uma entidade digna de devoção, já que passa a ser mostrado como a salvação das mazelas sociais.

Assim sendo, inclusive na educação, o mercado é posicionado como solução para todos os problemas. Apple (2016) chama atenção para o discurso de despolitização dos mercados, tidos como neutros e capazes de garantir a meritocracia

Assim, os mercados e a garantia de recompensas por esforço e mérito devem estar vinculados, para produzir resultados “neutros”, mas positivos. Mecanismos, que deem provas da eficácia e eficiência empresarial, portanto, devem ser postos em prática. Este acoplamento de mercados e mecanismos para a geração de evidências de desempenho é exatamente o que ocorreu. Se ele funciona, esta é uma questão em aberto (Apple, 2016, p. 615).

Embora Apple afirme que essa seja uma questão em aberto, ainda no mesmo texto, apresenta o estudo de Geoff Whitty no qual mostra que as políticas neoliberais de mercantilização da educação não servem de estratégia para superação de desigualdades e sim

como reprodução dessas:

Essas esperanças não se viram realizadas e é improvável que sejam no futuro, “no contexto de políticas mais amplas que não fazem nada para desafiar as desigualdades sociais e culturais mais profundas”. Como ele coloca mais adiante, “a tomada atomizada de decisões em uma sociedade altamente estratificada pode parecer dar a todos igualdade de oportunidades, mas a transferência da responsabilidade pela tomada de decisão, da esfera pública para a esfera privada, pode realmente reduzir o escopo da ação coletiva para melhorar a qualidade da educação para todos” (Apple, 2016, p. 615).

Na esfera política brasileira do pós-golpe de 2016, além das medidas cruéis trazidas pela EC 95, no mesmo ano, o grupo que tomou o poder também apresentou a reforma na área da educação: a Reforma do Novo Ensino Médio. Cabe ressaltar que o neoliberalismo, desde que entrou na política nacional, nunca saiu de cena. Entretanto, essa Reforma de 2016, aprovada em 2017, é ainda mais cruel para com a sociedade no que diz respeito à educação, uma vez que transfere responsabilidades que seriam do governo para o cidadão, além de aumentar a participação da iniciativa privada nas escolas públicas.

Nessa Reforma, a distorção semântica toma proporções ainda mais severas. Termos como empreendedorismo são amplamente usados com essa cruel finalidade de transferência de responsabilidades para com o bem-estar social e o cidadão. Apple (2016) nos apresenta uma definição de Olsen de que, no neoliberalismo, os indivíduos estão constantemente construindo uma empresa de si mesmos. Assim sendo, podemos interpretar que se entrarmos em “falência” e, nessa ótica, a responsabilidade seria toda nossa. O fracasso não é atribuído ao Estado, mas à pessoa/empresa.

Essa visão neoliberal trazida para a educação traz consigo a cultura de controle de eficiência, isto é, algo que deve ser medido, quantificado. Dessa forma, o trabalho docente passa a ser “auditável”. A seção seguinte nos traz reflexões sobre os mecanismos de auditoria para o trabalho do professor.

### **Neoliberalismo e seus mecanismos de controle do trabalho docente**

A ideologia neoliberal influencia as políticas educacionais brasileiras desde antes da nossa redemocratização e se fortaleceu a partir da década de 1990. A Constituição Federal de 1988 traz a educação como uma política de direito universal de obrigação do Estado. Os profissionais de educação e a sociedade como um todo lutaram por esse direito, reivindicando por qualidade do ensino público. O neoliberalismo, novamente, se valeu de um conceito para redefini-lo em seu favor – a costumeira apropriação semântica da qual Dagnino (2004) nos

alerta –, fazendo da qualidade um mecanismo capaz de ser medido por avaliações numéricas que seriam aplicadas por organismos externos.

O principal medidor dessa qualidade é o Banco Mundial, fato que fortalece a ideia de que a qualidade deve ser medida numericamente. Para isso, faz-se necessário uma prova objetiva, igual para todos. Assim sendo, faz-se necessário um currículo único para todo o território nacional.

O gerencialismo na gestão pública implica, como já foi dito, em mecanismos de controle e eficiência. Entretanto, esse modelo quantitativo não leva em consideração as diferenças sociais, étnicas e culturais dos indivíduos envolvidos. São quantificações que colocam os desiguais como iguais perante um mecanismo de controle de qualidade que fomenta a performatividade:

Performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação, e mesmo, tal como define Lyotard, um sistema de “terror”, sistema que implica julgamento, comparação e exposição, tomados respectivamente como formas de controle, de atrito e de mudança. Performances – de sujeitos individuais ou organizações – servem como medidas de produtividade ou resultados, como formas de apresentação da qualidade ou momentos de promoção ou inspeção (Ball, 2010, p. 31).

Esse sistema de controle do trabalho do professor é tema de pesquisa, inclusive, sobre a saúde dos profissionais, uma vez que a cobrança do sistema – seja a autocobrança, seja a exposição feita aos pares – traz um estresse maior aos profissionais. Hashizume (2020) analisa os impactos das avaliações externas na saúde física e mental dos professores do Estado de São Paulo; entretanto, é uma realidade que, infelizmente, pode ser verificada em todo o território nacional, pois a Reforma do Novo Ensino Médio atingiu todo o país.

A atividade docente, portanto, é afetada por descontinuidade e externalidade, aspectos mais visíveis que ocasionam a precariedade subjetiva do trabalhador. Frente à impossibilidade de planejamento e autonomia em relação à sua atividade, o docente se vê impelido a executar os procedimentos preconizados para todas as escolas do Estado, já que se torna imperativa sua adoção como sinônimo de eficiência. O controle sobre si, aliado ao controle feito por pares (físico ou digital) deixa o trabalhador sem autonomia nem possibilidade de reflexão de sua atividade/planejamento, num processo de reificação de si e do seu trabalho (Hashizume, 2020, p. 123).

Dessa forma, percebemos que a visão de empresa de si mesmo recai sobre toda a sociedade, inclusive sobre os professores. Nossa produtividade é medida em provas externas que são aplicadas aos nossos alunos, algo que vem causando preocupações e estresses maiores na categoria. É importante ressaltar também que essas provas não levam em consideração

fatores como a situação social dos estudantes e a escolaridade de seus pais, fatores que, comprovadamente, influenciam no rendimento escolar. De acordo com os resultados obtidos, que são de acesso público, acontece o fenômeno do êxodo da classe média de escolas com rendimentos mais baixos para escolas com índices mais altos. A esse respeito, Apple (2016) declara que:

Os pais de classe média são mais propensos a ter os conhecimentos, habilidades e contatos para decodificar e manipular o que são sistemas cada vez mais complexos e desregulamentados de escolha e recrutamento. Quanto maior a desregulamentação, quanto maior é a possibilidade de usar procedimentos informais. A classe média, em geral, é também mais capaz de deslocar os seus filhos pelo sistema (Apple, 2016, p. 618-619).

Esse êxodo da classe média para determinadas escolas, por si só, já é prejudicial, fazendo com que as crianças diminuam o convívio com as diferentes realidades e culturas. Porém, para além disso, acabam fomentando a existência de escolas taxadas por “boas” e escolas ditas “ruins”, já que evidencia e perpetua o “mau desempenho” das escolas. Esse fenômeno, infelizmente, acaba interferindo no trabalho dos profissionais que ali atuam. Além disso, o êxodo não ajuda de maneira alguma na superação das desigualdades sociais; pelo contrário, acaba aprofundando o problema.

Na tentativa de obter sucesso em avaliações de mercado, é comum escolas acabarem optando por seguirem conteúdos curriculares de maneira mecanizada. Com efeito, é praticamente uma imposição para a performatividade dita “adequada”, causando um empobrecimento do estudo de pautas sociais. Essa configuração perpetua um sistema gerencialista, bem como a legitimação de teorias tradicionais de currículo, uma vez que essas são as que melhor se adequam ao objetivo de ter boas notas em provas objetivas. Assim, o sistema todo acaba se retroalimentando, haja vista que a mercantilização da educação não abre espaço para teorias curriculares que debatam questões sociais – afinal, uma sociedade crítica e consciente não é útil para o sistema neoliberal, que se alimenta das desigualdades.

### **Teorias de currículo e reformas educacionais**

Silva (2011, p. 11) problematiza a expressão teoria de currículo. Conforme o autor, “[...] teoria é uma representação, uma imagem, um reflexo que cronologicamente, ontologicamente, a precede”. Essa nomenclatura acaba transmitindo a ideia de que o currículo seria pré-existente, ao invés de um documento arbitrariamente criado. A problemática semântica está neste fato: a de que a teoria curricular não apenas descreve o objeto, mas o produz.

Como se sabe, nesse campo, nada é desinteressado. A expressão “teoria de currículo” parece retirar o processo de criação e passar à simples descoberta. Para Silva (2011), a expressão mais adequada seria “discurso de currículo”. Entretanto, como a nomenclatura já está bastante fixada, continua sendo usada, ainda que seja relevante refletir sobre suas implicações.

Diante disso, concebemos que o documento usualmente chamado de “currículo” é montado com a seleção de determinados saberes em detrimento de outros; alguns são privilegiados, enquanto outros são desconsiderados, tudo de maneira arbitrária, como alerta Silva (2011). Dessa forma, é possível entender que seguir uma BNCC não significa andar pelo único caminho possível. Por outro lado, desde 2018, seguir a BNCC é obrigatório, uma vez que o documento tem caráter normativo, como comprovamos pela introdução do documento no site do MEC:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação [...] (Brasil, 2018, p. 7).

O caráter normativo está na introdução do documento e é reforçada pelo verbo “dever”, suprimindo a liberdade pedagógica por meio dessa imposição.

As três principais correntes de teorias curriculares são tradicional, crítica e pós-crítica. Conforme Silva (2011), em 1918, foi lançada a obra *The Curriculum*, de Bobbitt, no qual são apresentadas as teorias tradicionais. Estas são baseadas na administração científica taylorista, sendo que, no discurso curricular de Bobbitt, pois, o currículo é supostamente isso: “[...] a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados” (Silva, 2011, p. 12).

As teorias tradicionais replicam, na escola, a administração fabril. Ela surgiu num momento em que os grupos percebiam o poder da escolarização, a qual estava se massificando, ou seja, não seria mais um privilégio das elites. Portanto, diversos grupos passaram a tentar influenciar na educação, já que a mão-de-obra passaria pela escola.

Como visto anteriormente, a nova BNCC, não por coincidência, foi montada sob forte influência do empresariado. Refletidos principalmente no Movimento Pela Base, Andrade, Neves e Piccinini (2017) ressaltam os esforços desse grupo para a aprovação do documento:

A partir dos anos 2013, a reivindicação e a organização de um “novo” movimento de

recriação de um currículo nacional com perspectivas a homogeneização curricular, não inédita, mas sem precedentes em relação ao volume de mobilizações e atores envolvidos no processo. Tomando as rédeas de condução do processo, além do MEC – via comitê gestor – encontramos o expoente do reformismo da educação básica: O Movimento pela Base Nacional Comum (Andrade; Neves; Piccinini, 2017, p. 5).

No trecho acima, as autoras aproximam o MPB a um partido, haja vista a força política que possui. A educação reduzida a serviço da simples formação de mão-de-obra vai de encontro ao ideal de uma educação emancipatória; entretanto, o empresariado costuma ver na educação da classe trabalhadora uma possibilidade de formação de um tipo de funcionário. Essa visão acaba auxiliando a mercantilização da educação. As teorias curriculares que se encaixam na visão mercantil são as teorias tradicionais, que também prevalecem na educação bancária explicada por Freire (2005).

As teorias tradicionais se sustentam por meio de uma suposta neutralidade. Porém, não há neutralidade nenhuma, já que a falta de criticidade auxilia na manutenção das “coisas como são” e não busca a superação das desigualdades sociais. Essa suposta neutralidade, portanto, fomenta a manutenção do poder hegemônico. As teorias tradicionais são a que melhor servem ao objetivo de manter as desigualdades, já que não trazem criticidade para a educação. A pedagogia crítica, no entanto, seria capaz de fortalecer o ideal da educação contra-hegemônica:

A pedagogia crítica – tradição radical ou tradições radicais que buscam interromper o domínio de classe, raça e gênero na política e na prática – não pode e não irá ocorrer no vazio. A menos que nós, honestamente, enfrentemos essas transformações profundamente direitistas e pensemos taticamente sobre elas, vamos obter pouco efeito, quer na criação de um senso comum contra-hegemônico, quer na construção de uma aliança contra-hegemônica (Apple, 2005, p. 609).

Dessa forma, torna-se compreensível que o empresariado brasileiro incentive um currículo pautado na pedagogia tradicional, pois a manutenção da hegemonia perpetua os privilégios aos já privilegiados. Entretanto, para uma sociedade mais igualitária, é necessária a luta por uma escola verdadeiramente inclusiva e capaz de oferecer resistência às tão profundas desigualdades sociais que nosso país apresenta.

Como afirmou Apple (2003), em sua análise acerca das políticas reformistas em diferentes países, inclusive no Brasil, é necessário enfrentarmos as reformas direitistas para lutar por um senso comum contra-hegemônico. Cabe ressaltar que no Brasil pós-golpe houve um recrudescimento ainda maior nessa visão mercantil dada à educação.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, em 2008, foram criados com uma visão diferente para a educação, trazendo o trabalho como princípio educativo. Buscam

uma educação integral e emancipatória, com um currículo diferenciado, fundado a partir das visões marxistas, ou seja, numa teoria crítica curricular. Segundo Silva (2011), as teorias críticas tentam se distanciar das teorias tradicionais por identificarem nestas a perpetuação das desigualdades, já que reproduzem os interesses das classes dominantes, do interesse neoliberal. Os Institutos Federais buscam um currículo capaz de trazer criticidade ao estudante para que ele seja capaz de identificar as desigualdades e combatê-las.

Infelizmente, a Reforma do Novo Ensino Médio, quando trata de educação para o trabalho, não fomenta a mesma teoria curricular dos Institutos Federais. É notável que os governos que assumiram o poder após o golpe de 2016 não compactuam do interesse de promover uma educação emancipatória, pois são representantes dos interesses neoliberais.

Por outro lado, as teorias pós-críticas do currículo vão além da consciência de classe. Tratam de um currículo que luta pela superação de todas as desigualdades, como as questões de gênero e raça, pautas importantes para o debate nas escolas, embora muito combatidas pela visão neoconservadora que assola o país.

O neoconservadorismo não aparece na política por casualidade, mas como um pilar na luta em defesa de um projeto de poder, já que ele serve para defender os interesses neoliberais. Nas palavras de Moll (2016), “[...] o neoconservadorismo e o neoliberalismo pressupõem, de modo semelhante, que a solução para estabilização do sistema capitalista repousa sobre a ideia de Estado mínimo”. Sendo assim, é evidente que essas correntes caminham juntas e que o capitalismo se utiliza dos apelos neoliberais para defender seus objetivos mercantis.

Também é notável o crescimento do imperativo neoconservador na política nacional. Embora o Estado seja constitucionalmente laico, percebemos o crescente apelo religioso nos debates políticos – por exemplo, o slogan “Deus, pátria e família”, utilizado pelo ex-presidente do Brasil (2019-2022) que era declaradamente representante da direita. Entretanto, cabe ressaltar que os interesses mercantis se valem dos discursos religiosos para defender interesses políticos e econômicos. Vejamos uma reflexão de Apple (2016) acerca desse tema:

Hoje não é nada diferente do que foi no passado. Um conjunto “novo” de compromissos, uma nova aliança e um novo bloco de poder já foram formados e têm cada vez mais influência na educação e em todas as coisas sociais. Este bloco de poder combina múltiplas frações do capital, as quais estão comprometidas com as soluções mercantilizadas neoliberais para problemas educacionais: intelectuais neoconservadores que querem um “retorno” aos padrões mais elevados e uma “cultura comum”, conservadores religiosos populistas autoritários que estão profundamente preocupados com laicidade e preservação de suas próprias tradições e determinadas frações da nova classe média orientada às profissões que estão comprometidas com a ideologia e as técnicas de accountability, medição e “gestão”. Embora existam tensões e conflitos evidentes dentro desta aliança, em geral, seus objetivos globais são de

fornecer condições educacionais, que são, acredita-se, necessárias tanto ao aumento da competitividade internacional, lucro e disciplina como ao regresso a um passado romantizado da casa, família e escola “ideal” (Apple, 2016, p. 610-611)

Apple (2016) nos resume, no excerto acima, as alianças que o capital vai fomentando para defender a manutenção de sua hegemonia. Blocos distintos se unem e se fortalecem, utilizando-se de discursos apelativos que manipulam o senso comum. A exortação neoconservadora de defesa dos valores familiares serve para argumentar, junto ao cidadão comum, sobre a necessidade de novas políticas curriculares. Por sua vez, esses textos, na prática, acabam diminuindo a criticidade na escola e, conseqüentemente, auxiliam na manutenção do Estado que privilegia os já privilegiados.

Portanto, neoconservadores e neoliberais formam uma aliança de grupos que lutam pela manutenção hegemônica e o fazem para o fortalecimento de um senso comum que justificaria tanto a Reforma do Novo Ensino Médio como a imposição da BNCC. Tudo isso está a serviço de um projeto de manutenção do poder.

## Considerações finais

A educação é alvo constante do interesse do mercado. Para os poderosos, a educação da classe trabalhadora deve servir ao objetivo de formar mão-de-obra qualificada o suficiente aos seus interesses. Entretanto, para a superação das desigualdades, é importante que sigamos lutando por uma educação emancipatória, mantendo as pautas de superação das mazelas sociais, buscando currículos que fomentem a criticidade nos estudantes e lutando contra políticas públicas que defendam o capital em detrimento da classe trabalhadora. Lutar pelos seres humanos é o papel da escola.

As políticas mercantis, quando implantadas nas escolas, já mostraram que tornam a educação competitiva, discriminatória e elitista. Não fazem bem para os alunos, nem para os profissionais da educação, muito menos para a sociedade, já que mantêm e até agravam as injustiças. Um currículo que ignora as questões sociais não cumpre com sua função social, uma vez que não estimula a superação das desigualdades.

Uma sociedade só pode ser evoluída quando as pessoas que a formam vivem de maneira digna. Mediar uma educação emancipatória é dever e direito dos profissionais da educação; contudo, essa luta não é fácil, já que a ideologia neoliberal é representada por quem domina os meios de produção e os meios reprodução de informações. Apesar disso, entendemos que essa luta deve ser travada por toda a sociedade, mostrando o quanto a comunicação entre as

instituições estudantis e a comunidade é importante. Lutar por uma educação integral é lutar pela superação de um país injusto.

A Reforma do Novo Ensino Médio e a imposição da nova BNCC não trazem uma visão de educação emancipatória – portanto, limitam a educação dos jovens. Dessa forma, limitam também o desenvolvimento do pensamento crítico das futuras gerações. Uma sociedade não crítica é muito desejável para a manutenção da hegemonia vigente que, infelizmente, é o que desejam os privilegiados. Compreendemos que o empenho do empresariado, representado pelo MPB, em impor a BNCC e recentemente em apoiar a continuidade da Reforma do Novo Ensino Médio nos comprova tal interesse.

### Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227145>.

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; NEVES, Rosa Maria Correa das; PICCININI, Claudia. Lino. Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional. In: COLÓQUIO MARX E O MARXISMO, 1., 2017, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: NIEP-Marx, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Tradução de Gilka Leite Garcia e Luciana Axhe. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

APPLE, Michael W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 21, n. 46, p. 606-644, 2016. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v21i46.4684>.

BALL, Stephen John. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 8 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

CARVALHO, Carlos Alberto; FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Violência em acontecimentos políticos: jornalismo e *lawfare* no caso Lula. **Galaxia**, São Paulo, n. esp. 1, p. 100-112, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441720>.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 137-161, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v. 12).

GANDIN, Luís Armando; LIMA, Iana Gomes de. A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609143447>.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” Ensino Médio. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 131-145, 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/753/pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GRAMSCI, Antonio. 2002. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HASHIZUME, Cristina Miyuki. O trabalho docente na rede estadual e impactos na docência: ensaio a partir de experiências de campo no estado de São Paulo. *In*: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha (org.). **Quando os professores adoecem**: demandas para a psicologia e a educação. Campo Grande: Editora UFMS, 2020. p. 121-141.

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo**: duas faces da mesma moeda? Rio Claro: UNESP, 2015. Disponível em: <https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2016/11/Diferenças-entre-neoliberalismo-e-neoconservadorismo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MOVIMENTO PELA BASE. **4 princípios fundamentais para o Novo Ensino Médio – e a garantia de direitos dos estudantes**. [S. l.]: Movimento pela Base, 2023. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/4-principios-fundamentais-para-o-novo-ensino-medio-e-a-garantia-de-direitos-dos-estudantes/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, v. 1, n. 1, 2005, p. 9-13. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudencio. Medida Provisória 746/2016: a contrarreforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**,

Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 30-48, 2017. DOI:  
<https://doi.org/10.20396/rho.v16i70.8649207>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

### **SOBRE O/AS AUTOR/AS**

**Joice Pereira Soares**. Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *campus* Jaguari. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8002049042243215>

**Letícia Ramalho Brittes**. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *campus* Jaguari. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5104573307305494>

**Laila Azize Souto Ahmad**. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *campus* Jaguari. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2919524194737397>

### **Como citar**

SOARES, Joice Pereira; BRITTES Letícia Ramalho; AHMAD, Laila Azize Souto. Reformas educacionais frente às teorias de currículo: dois conceitos, um interesse. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 18, n. 2, e66467, 2025. DOI: 10.15687/rec.v18i2.67968.